



## OUTROS TEMAS

## Formação em educação sobre o envelhecimento para professores da educação básica

*Training in education about aging for basic education teachers*

*Formación en educación sobre el envejecimiento para docentes de educación básica*

**Jéssica Dellalibera dos Santos<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0003-1159-5073](https://orcid.org/0000-0003-1159-5073)  
[jessica.dellalibera@hotmail.com](mailto:jessica.dellalibera@hotmail.com)

**Meire Cachioni<sup>2</sup>**

[orcid.org/0000-0001-5220-410X](https://orcid.org/0000-0001-5220-410X)  
[meirec@usp.br](mailto:meirec@usp.br)

**Recebido em:** 14 jun. 2024.

**Aprovado em:** 27 ago. 2025.

**Publicado em:** 28 out. 2025.

**Resumo:** Neste estudo objetivou-se descrever características sociodemográficas, educacionais e profissionais dos autores que participaram da elaboração da Política Pública de Educação para o Envelhecimento do estado de Santa Catarina. Ademais, pretendeu-se identificar um modelo de formação para professores de educação básica, como estratégia de implementação desta Política. A partir das respostas coletadas em um formulário *on-line* destinado aos autores, foi verificado que não há um consenso a respeito desta formação.

**Palavras-chave:** educação básica, educação para o envelhecimento, formação docente.

**Abstract:** This study aimed to describe sociodemographic, educational and professional characteristics of the authors who participated in the elaboration of the Public Policy on Education for Aging in the State of Santa Catarina. Furthermore, the aim was to identify a training model for basic education teachers, as a strategy for implementing this Policy. From the responses collected in an online form intended for authors, it was verified that there is no consensus regarding this training.

**Keywords:** basic education, education for aging, teacher training.

**Resumen:** Este estudio tuvo como objetivo describir las características socio-demográficas, educativas y profesionales de los autores que participaron en el desarrollo de la Política Pública de Educación para el Envejecimiento en el estado de Santa Catarina. Además, se buscó identificar un modelo de formación de docentes de educación básica, como estrategia para la implementación de esta Política. A partir de las respuestas recogidas en un formulario en línea destinado a los autores, se constató que no existe consenso respecto a esta formación.

**Palabras clave:** educación básica, educación para el envejecimiento, formación docente.

### Introdução

A Educação para o Envelhecimento é uma área de conhecimento e intervenção que compõe a Gerontologia Educacional (Peterson, 1990). Ela pode ser definida como intervenções e programas que possibilitam à sociedade reconhecer perspectivas em relação às pessoas idosas e ao próprio processo de envelhecimento (Peterson, 1990), a partir do fornecimento de informações sobre esta temática (Neri, 2014).

A convivência entre gerações é um exemplo de prática educativa a



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), São Paulo, SP, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

partir da qual é possível promover solidariedade, amizade, troca de conhecimentos e ajuda mútua entre indivíduos de diferentes idades (França, Silva, & Barreto, 2010). Deste modo, é possível promover mudanças na compreensão que a sociedade tem a respeito da velhice e do envelhecimento, desenvolvendo uma imagem mais positiva e sendo uma das estratégias para minimizar o preconceito etário (Neri, 2014; Peterson, 1990; Todaro & Cachioni, 2022).

O preconceito em relação à idade, o idadismo (*ageism*, em inglês), conceituado por Butler (1969), se refere a estereótipos, preconceito e discriminação em relação às pessoas com base em sua idade (Organização Pan-Americana da Saúde, 2022). Maus-tratos, desdém, superproteção e generalização de que a velhice é sinônimo de doença são alguns exemplos de sua ocorrência (Vazão, 2015). Nesse sentido, quanto mais cedo se tem acesso aos conteúdos provenientes da Educação para o Envelhecimento, menor será o preconceito manifestado em qualquer fase da vida (McGuire, 2017). Assim, para melhorar o convívio dos mais jovens em relação às pessoas idosas, bem como aceitar o próprio envelhecimento, é necessário que se ensine sobre este tema, incorporando-o à educação básica como estratégia de intervenção precoce (Kaya et al., 2014; McGuire, 2017).

Diversos documentos oficiais destacam a importância social da Educação para o Envelhecimento (Alves & Vianna, 2010), tais como a Política Nacional do Idoso (Lei n. 8.842, 1994), o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n. 14.423, 2022), a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria n. 2.528, 2006), os Parâmetros Curriculares Nacionais (Ministério da Educação e do Desporto, 1998), a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), entre outros. Estes documentos enfatizam a necessidade de inserir a Educação para o Envelhecimento no currículo escolar, bem como de ofertá-la ao longo de toda a vida (Albuquerque & Cachioni, 2013). Por ser o local de encontro da diversidade de raças, etnias, culturas, credos, entre outros, é possível propiciar na escola a convivência intergeracional e promover o respeito

mútuo, por meio da discussão em sala de aula sobre o tema do envelhecimento e da velhice (Arroyo, 2004).

Frente à necessidade de se ter um ensino sobre o envelhecimento, no ano de 2022 foi instituída no estado de Santa Catarina a Política de Educação para o Envelhecimento (Decreto n. 2.037, 2022). Em complemento, foi desenvolvido o Caderno desta Política, composto por cinco capítulos que apresentam sobre o envelhecimento e seu processo, as políticas públicas em vigor sobre a temática, a intersecção entre educação e envelhecimento, as relações intergeracionais, o estabelecimento de parcerias que as escolas podem buscar, bem como instruem o desenvolvimento de ações nas escolas de educação básica (Santa Catarina, 2022). A relevância desta Política é ser uma diretriz pioneira no país a respeito desta temática direcionada à educação básica.

Ao todo, 14 instituições e entidades públicas, nos âmbitos municipal, estadual e federal, representantes de diversas áreas, tais como: Educação, Direitos Humanos, Saúde e Gerontologia, elaboraram de maneira coletiva as informações contidas nestes cinco capítulos. As instituições participantes foram: Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina, Conselho Estadual de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, União dos Dirigentes Municipais de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal da Fronteira Sul, Universidade do Estado de Santa Catarina, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Instituto Federal Catarinense, Conselho Estadual do Idoso, Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Associação Nacional de Gerontologia (Santa Catarina, 2022).

Apesar da compreensão que os desenvolvedores das políticas públicas têm a respeito de não existir uma implementação perfeita, devido a fatores como tempo para elaboração e recursos suficientes para implementação, um dos maiores desafios para o cumprimento das políticas elaboradas é o comportamento humano (Hogwood & Gunn, 1984). Cada sociedade tem uma forma de

comportamento derivado da cultura local, sendo importante no planejamento e implementação das políticas considerar a sociedade vigente (Sen, 2018). Ademais, o que dificulta a implementação de uma política é a carência de estudos sobre esta etapa em detrimento das fases iniciais de formulação (Souza, 2007).

Para que haja a implementação de uma política educacional nas escolas de educação básica, é necessário, portanto, compreender o cotidiano de cada escola, a formação dos professores e a prática pedagógica desenvolvida por eles (Gomes & Colares, 2019). Assim sendo, a participação dos professores é necessária no processo de implementação, em termos de elaboração de diferentes ações e práticas (Jardilino & Sampaio, 2019). Portanto, a implementação da temática sobre envelhecimento no ensino básico depende da sensibilização que o professor proporcionará a seus alunos frente a esta temática, sendo necessário, primeiramente, ser sensibilizado por ela (Cachioni & Todaro, 2016), uma vez que a postura e a prática do professor não são consideradas neutras (Andrade, Felipe, & Medeiros, 2020).

Dessa maneira, se o professor tem crenças e atitudes negativas frente ao envelhecimento e à velhice, será esta perspectiva que ensinará aos seus alunos (Yamashiro, 2018). Aliados a isso, os livros infantis e didáticos podem conter estereótipos negativos frente à velhice e ao envelhecimento que podem interferir nas crenças e atitudes dos alunos frente à temática (Abecassis, 2018; Aguiar, 2018; Simonetti, 2016). Por isso, os professores devem receber formação a respeito do processo de envelhecimento antes de desenvolvê-la com seus alunos (Yamashiro, 2018).

Apesar da indicação dos documentos oficiais referentes à implementação da Educação para o Envelhecimento na educação básica, ela ainda não ocorreu de maneira efetiva devido à inexistência de formação docente específica que permita o aprofundamento sobre o envelhecimento humano, a partir de uma perspectiva interdisciplinar (Vieira, 2023). Isto posto, o objetivo deste estudo é identificar de que maneira tal formação de professores deveria ocorrer, a partir da indi-

cação dos autores da Política Estadual de Santa Catarina. Conhecer a perspectiva dos autores da Política é fundamental para aprimorar estratégias de sua implementação, uma vez que uma das diretrizes desta Política é formar professores para incentivar esta temática nas práticas de ensino, bem como desenvolver materiais didático-pedagógicos específicos (Santa Catarina, 2022).

### Objetivo

Realizar a caracterização dos autores da Política de Educação para o Envelhecimento do estado de Santa Catarina, bem como identificar um modelo de formação sobre envelhecimento para professores de educação básica.

### Metodologia

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo descritivo, transversal e analítico, desenvolvido com o objetivo de investigar as perspectivas dos autores do Caderno da Política de Educação para o Envelhecimento do estado de Santa Catarina. Desta população, foram considerados elegíveis 28 participantes, que constituíram a população-alvo do estudo. A composição da amostra final seguiu critérios de inclusão específicos, a saber: ter participado como autor do referido Caderno e consentir em contribuir com a pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram adotados como critérios de exclusão a não assinatura do TCLE ou a recusa explícita em participar do estudo.

A coleta de dados foi realizada de forma *on-line* durante o período de outubro a dezembro de 2023. Os participantes elegíveis foram contatados por e-mail e convidados a participar voluntariamente, sendo direcionados a um questionário via plataforma *Google Forms*, após a leitura e aceite do TCLE. O instrumento de coleta, elaborado pelas próprias pesquisadoras, foi estruturado para capturar dois conjuntos de informações. A primeira parte visava à caracterização sociodemográfica, educacional e profissional dos participantes, abrangendo variáveis como sexo, gênero, idade, escolaridade, estado civil, cor/

raça, atuação e tempo de experiência na área do envelhecimento. A segunda parte continha questões abertas e fechadas destinadas a delinear um modelo de formação de professores sobre envelhecimento, investigando preferências quanto ao tipo de formação, duração, perfil do instrutor, instituição provedora, material didático, estratégias pedagógicas e tópicos curriculares essenciais.

Todo o percurso da pesquisa, desde o convite inicial até a análise dos dados, foi pautado pelas diretrizes das Resoluções n. 466 (2012) e n. 510 (2016) do Conselho Nacional de Saúde. O projeto obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob o parecer n. 69540623.1.0000.5404, e contou com a autorização da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina para sua realização.

Para a análise dos dados, adotou-se uma abordagem mista. As variáveis descritivas do perfil da amostra foram tratadas quantitativamente, por meio de estatística descritiva, e são apresentadas em tabelas de frequência absoluta (n) e percentual (%), bem como por medidas de média e desvio-padrão. Os dados qualitativos, referentes às características educacionais e à proposição do modelo de formação, foram submetidos a uma análise de conteúdo seguindo as diretrizes de Kuckartz e Rädiker (2023). Este processo analítico iniciou-se com a leitura das respostas do formulário *on-line*, no intuito de identificar os dados que respondiam aos objetivos do estudo.

Posteriormente, esses dados foram extraídos e inseridos em dois quadros, dispostos em categorias descritivas provenientes do próprio questionário. Especificamente para a análise do modelo de formação de professores, a criação das categorias seguiu a proposição de um estudo anterior realizado pelas pesquisadoras Santos, Flauzino e Cachioni (2024), que mapearam e analisaram os treinamentos para professores de educação básica disponíveis em oito bases de dados, a partir da realização de uma revisão de escopo, o que fortalece a base teórica da análise.

## Resultados e discussão

Participaram deste estudo seis autores do Caderno da Política de Educação para o Envelhecimento do estado de Santa Catarina. A idade média dos participantes foi de 58,6 anos (DP= 11,2 anos), sendo cinco mulheres (83,3%) e um homem (16,7%), conforme apresentado na Tabela 1. Mediante estes resultados, destaca-se a predominância feminina, remetendo ao panorama atual populacional de Santa Catarina, que corresponde a 50,2% de mulheres (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 2023). Além disso, a idade média dos participantes pode estar associada à ideia de que nos anos que antecedem a velhice há maior percepção do processo de envelhecimento (por ex.: cabelos brancos, alteração na visão, perda de força muscular, entre outros) (Carrara, 2020) e, nesse sentido, maior interesse em estudá-lo e compreendê-lo.

A prevalência dos participantes se autodeclarou de cor/raça branca (n= 5; 83,3%) e três participantes (50%) responderam que são casados. É importante considerar que, apesar de a maioria da amostra se autodeclarar de cor/raça branca, no estado de Santa Catarina há diversidade de grupos étnico/raciais, como: quilombolas, indígenas e ciganos (Santa Catarina, 2020). No entanto, como a amostra não representa a totalidade dos autores da Política, não podemos afirmar que outros grupos étnico-raciais foram minoritariamente representados na autoria do Caderno. Indica-se, porém, que todos esses grupos devem colaborar em uma política voltada ao envelhecimento, uma vez que as trajetórias de envelhecer se diferem, devido às interseccionalidades, por exemplo, do preconceito racial, que distingue as oportunidades de desenvolvimento (Almeida, 2019).

Em relação ao nível educacional, a maioria dos participantes realizou a graduação na área de Ciências Humanas e todos declararam ter pós-graduação, sendo: mestrado (n= 3; 50%), doutorado (n= 2; 33,3%) e especialização (n= 1; 16,7%). Durante a graduação, a não ser as específicas (Gerontologia, por exemplo), pouco se aborda sobre o tema envelhecimento ou centra-se a atenção às doenças, sendo necessária uma

formação complementar (Leão, 2017; Pastorio, 2020). Possivelmente, este fato é uma das justificativas para que todos os participantes sejam pós-graduados. Ainda assim, de acordo com um

levantamento feito por Manso e Veras (2017), a maioria dos cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados são para profissionais da Saúde, compreendendo o enfoque nas doenças.

**TABELA 1** – Caracterização dos participantes

Variáveis	n (%)	Média (DP)
<b>Sexo</b>		
masculino	1 (16,7)	
feminino	5 (83,3)	
<b>Gênero</b>		
masculino	1 (16,7)	
feminino	5 (83,3)	
<b>Idade (em anos)</b>		58,6 (11,2)
40-49	1 (16,6)	
50-59	3 (50,0)	
60-69	1 (16,6)	
70-79	1 (16,6)	
<b>Estado civil</b>		
casado	3 (50,0)	
divorciado/separado	1 (16,7)	
viúvo	1 (16,7)	
união estável	1 (16,7)	
<b>Cor ou raça</b>		
branca	5 (83,3)	
preta	1 (16,7)	
<b>Escolaridade</b>		
mestrado	3 (50,0)	
doutorado	2 (33,3)	
especialização	1 (16,7)	

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 1 apresenta a caracterização dos participantes em relação à formação acadêmica, tempo e atuação em atividades relacionadas ao envelhecimento. É interessante notar que a maioria dos entrevistados (n=5) tem formação na área de Ciências Humanas e apenas um na área da Saúde. Apesar de a Educação para o Envelhecimento ser considerada uma área interdisciplinar, provavelmente a prevalência apresentada seja devido a tratar-se de uma política de educação e, portanto, da área de Ciências Humanas.

Em relação ao tempo de inserção em atividades relacionadas à temática do envelhecimento humano, três participantes (50%) declararam que têm 20 anos ou mais de experiência na área. Dentre as atividades declaradas pelos participantes, estão: gestão, coordenação e atuação em instituições públicas que defendem os direitos das pessoas idosas, tais como educação, saúde e participação social. Entende-se que as instituições participantes elegeram representantes habilitados para a função de autores, para que

pudessem, de fato, colaborar com o desenvolvimento da área na educação básica.

**QUADRO 1** – Caracterização dos participantes

Participante/ Questão	Formação acadêmica (graduação)	Tempo (em anos) de inserção em atividades relacionadas à temática do envelhecimento humano	Explicação de sua atuação nessas atividades
Participante 1	Pedagogia	20	Coordena Programa de Extensão: Universidade aberta para a Terceira Idade.
Participante 2	Letras – Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	Coordena a escrita de textos sobre o tema na Secretaria de Educação.
Participante 3	Filosofia	8	Atua no Conselho do Idoso.
Participante 4	Serviço Social	56	Atuação em atividades relativas à intergeracionalidade.
Participante 5	Enfermagem	5	Atuação na gestão, coordenação e direção de instituições que trabalham na área da Gerontologia.
Participante 6	Serviço Social	mais de 20	Atuação em conselhos, associações e entidade em defesa da política para a pessoa idosa.

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao estabelecimento de um modelo para a formação dos professores da educação básica, os tipos de formação indicados foram: curso e oficina, havendo prevalência da Secretaria Estadual de Educação (SED) como instituição provedora dessa formação e produtora do material didático, conforme apresentado no Quadro 2. Estes dados corroboram com o levantamento realizado pelas Fundações Carlos Chagas e Cesgranrio, que verificaram que a formação de professores é provida pelos próprios profissionais das secretarias de educação ou, ainda, por consultorias contratadas por elas (Gatti, 2008). Apesar de os autores da Política serem representantes de 14 instituições diversificadas (universidades, conselhos, associações, entre outros), houve indicação apenas do Instituto Federal como provedora das formações, para além da SED. Mesmo sendo um dever do Poder Público assegurar a formação docente (Lei n. 12.056, 2009), os dados coletados sugerem pouco reconhecimento por parte dos autores de que as instituições que participaram da elaboração do Caderno da Política também

possam colaborar com sua implementação, por meio do desenvolvimento desta formação.

Sobre a estratégia pedagógica, a roda de conversa foi a mais sugerida e a intergeracionalidade foi o principal tópico apontado para a formação. Ambas dizem respeito à troca de saberes, experiências, vivências e estímulo ao diálogo, e a intergeracionalidade pode estar presente na própria formação, como tema de estudo e vivência, sendo coerente com a estratégia pedagógica referenciada. O modelo formativo torna-se, assim, vivencial: ensina-se sobre o diálogo intergeracional através do próprio diálogo. Analisando-se as indicações de estratégias pedagógicas, verifica-se, portanto, um consenso implícito sobre a filosofia que deve nortear a formação docente. Os participantes convergem para a ideia de que a formação não deve ser um processo de mera transmissão de conteúdo, mas sim de construção coletiva e reflexiva. Esta perspectiva alinha-se com as tendências contemporâneas de formação continuada de professores, que superam o modelo de cursos puramente expositivos (Santos

& Leal, 2022).

Ademais, os autores também reconheceram temas como violência, preconceito e cidadania como outros tópicos a serem abordados na formação. É possível constatar nas respostas a interdisciplinaridade dos temas sugeridos, com destaque às Ciências Humanas e Sociais, fato que pode ser explicado, possivelmente, pela área de formação dos participantes deste estudo. Tais temas superam e ampliam a abordagem exclusivamente biológica segundo a qual a velhice e o processo de envelhecimento são apresentados para discussões em disciplinas e/ou no cotidiano, quando ocorrem (Debert, 1997; Leão, 2017). Considerar outras dimensões é de fundamental importância para promover uma formação docente efetiva (Albuquerque & Cachioni, 2013).

No que diz respeito ao tempo total da formação, os participantes indicaram propostas diversificadas, que variam de 1h30 a 360 horas. Ao examinar essa variação, percebe-se que durações distintas não são excludentes, mas complementares, pois atendem a objetivos formativos diferentes. Uma oficina de curta duração, por exemplo, poderia cumprir a função de sensibilização inicial e introdução de conceitos-chave, alcançando muitos professores rapidamente. Já um curso de longa duração atenderia à necessidade de aprofundamento teórico e prático, capacitando

docentes para se tornarem multiplicadores da temática em suas escolas. Portanto, essa complementaridade aponta para a viabilidade de se estruturar a formação em itinerários formativos, permitindo que o professor transite de estágios de sensibilização para trilhas de aprofundamento, conforme seu interesse e necessidade.

A respeito da indicação de instrutor da formação, houve indicações de profissionais atuantes e aposentados de diferentes áreas do conhecimento, tais como: professores, psicólogos e assistentes sociais, que atuam em diversos setores (saúde, educação, assistência). Na experiência de Estrela e Silva (2021) quanto à oferta de um curso *on-line* sobre Educação para o Envelhecimento para estudantes de Licenciatura em Pedagogia e em Educação Física, a carga-horária total foi de 12 horas, divididas em quatro encontros de duas horas de atividades síncronas e quatro horas de atividades assíncronas, utilizando as plataformas *Google Meet* e *WhatsApp*. A partir da referida experiência, entende-se que a modalidade *on-line* possa ser viável, no caso da Política de Santa Catarina, pensando na abrangência da formação a nível estadual. Consultando-se o site da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, constatou-se que esta modalidade foi adotada para a formação docente de outras políticas (Santa Catarina, 2023).

**QUADRO 2** – Indicação dos participantes sobre a formação de professores de educação básica

Participante/ Questão	Participante 1	Participante 2	Participante 3	Participante 4	Participante 5	Participante 6
Tipo de formação	Não informado	Curso	Oficina	Oficina	Não informado	Curso
Tempo de duração (horas)	Não informado	40h	20h	1h30	Não informado	De 90h a 360h
Instrutor	A própria participante	A consultora da Política	Área da saúde, conselho e Secretaria da Educação	Assistente social, psicólogo, educadores, professores aposentados	Conselho Municipal do Idoso	Professores da SED ou profissionais de áreas de conhecimento multiprofissional, como educadores físicos, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados
Instituição provedora	Não informado	SED	SED e União	Instituição não governamental, conselhos e especialistas da SED	Governamental, por meio do Instituto Federal Catarinense	SED e Secretaria Municipal de Educação

<b>Tipo de material didático</b>	Organização própria	Organização própria	Manual e cartilha	Apresentação em PowerPoint e exibição de filmes	Organização própria	Cartilha, organização própria
<b>Estratégia pedagógica</b>	Mentoria, roda de conversa	Discussão em grupo, mentoria, roda de conversa	Discussão	Debates	Roda de conversa	Aula teórica, palestra, formação de grupos
<b>Tópicos principais</b>	Violência e Estatuto da Pessoa Idosa	Envelhecimento: conceito, inserção no currículo e a Política de Educação para o Envelhecimento	Intergeneracionalidade, diversidade e preconceito	Educação, envelhecimento e intergeracionalidade	Intergeneracionalidade e dados do Censo de 2022	Desenvolvimento humano (domínios biológico, psicológico e social), legislação, cuidados com o ser humano envelhecendo, estudos teóricos em relação à escolaridade da pessoa idosa, intergeracionalidade, cidadania da pessoa idosa

Fonte: Elaboração própria.

A variabilidade das informações coletadas e da literatura sobre o tema indica a inviabilidade de se definir uma metodologia única. Em vez disso, as contribuições de cada participante deste estudo oferecem subsídios para compor um modelo formativo flexível e de construção coletiva. Essa abordagem está alinhada à complexidade da temática e às realidades de implementação de uma política pública pioneira. Desse modo, a formação deve ser contextualizada diante da vasta diversidade geográfica, econômica e cultural do estado, adaptando os conteúdos às características de educadores e educandos. Isso se traduz no desenvolvimento de ações específicas para escolas urbanas e rurais e para realidades étnico-raciais distintas, como as comunidades quilombolas e indígenas. Essa adaptabilidade é, portanto, crucial para garantir a relevância e a eficácia da formação nos diferentes contextos.

### Considerações finais

Este estudo descreveu as características sociodemográficas, educacionais e profissionais dos participantes da elaboração do Caderno da Política de Educação para o Envelhecimento do estado de Santa Catarina, bem como verificou a possibilidade de estabelecer um modelo de formação de professores para sua implementação. De acordo com os resultados obtidos, verifi-

cou-se maior prevalência dos participantes do sexo feminino, com experiência na área do envelhecimento tanto em termos de estudo quanto de atuação profissional. Identificou-se, também, que não há um consenso metodológico sobre a maneira como a formação de professores da educação básica deve ocorrer.

A variedade de propostas reflete um reconhecimento implícito da complexidade da Educação para o Envelhecimento, que exige modelos adaptáveis aos múltiplos contextos escolares, aos diferentes níveis de ensino (Infantil, Fundamental e Médio) e às diversas realidades socioculturais do estado de Santa Catarina.

Diante disso, recomenda-se que futuros pesquisadores possam desenvolver os métodos indicados pelos autores da Política, descritos neste estudo, e avaliar se há métodos mais eficazes em relação a outros para efetivar e inserir, de fato, a temática do envelhecimento na educação básica no estado de Santa Catarina.

### Referências

Abecassis, N. F. (2018). *Literatura infantil e as doenças na velhice: Uma análise pelo viés pedagógico e formativo para o ensino fundamental*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade do Estado do Amazonas]. Repositório Institucional da UEA. <https://ri.uea.edu.br/server/api/core/bitstreams/e22b2e96-14a4-4651-gfe8-6946a7b95a8d/content>

Aguiar, L. R. M. (2018). *Identidades etárias e livro didático de inglês: Um olhar crítico sobre representações do envelhecimento* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34534>

Albuquerque, M. S., & Cachioni, M. (2013). Pensando a gerontologia no ensino fundamental. *Revista Kairós-Gerontologia*, 16(5), 141-163. <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2013v16i3p141-163>

Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Polên.

Alves, V. P., & Vianna, L. G. (2010). Políticas públicas para a educação gerontológica na perspectiva da inserção social do idoso: Desafios e possibilidades. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 18(68), 489-510. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000300005>

Andrade, A. C., Felipe, E., & Medeiros, S. A. (2020). Da pedagogia tradicional a uma aprendizagem significativa: Ações inovadoras que fazem a diferença na vida do aluno. *Revista Episteme Transversalis*, 11(2), 69-95. <https://revista.ugb.edu.br/episteme/article/view/2146>

Arroyo, M. G. (2004). A educação básica e o movimento social do campo. In M. G. Arroyo, R. S. Caldart, & M. C. Molina (Eds.), *Por uma educação do campo* (pp. 65-86). Vozes.

Butler, R. N. (1969). Age-ism: Another form of bigotry. *The Gerontologist*, 9(4), 243-246. [https://doi.org/10.1093/geront/9.4\\_Part\\_1.243](https://doi.org/10.1093/geront/9.4_Part_1.243)

Cachioni, M., & Todaro, M. Á. (2016). Política Nacional do Idoso: Reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal. In A. O. Alcântara, A. A. Camarano, & K. C. Giacomini (Eds.), *Política nacional do idoso: Velhas e novas questões* (pp. 175-198). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Carrara, F. F. (2020). Percepção do envelhecimento: Mulheres de meia idade e idosas que buscam por procedimentos estéticos. *ID on Line: Revista de Psicologia*, 14(49), 38-50. <https://doi.org/10.14295/online.v14i49.2309>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Debert, G. G. (1997). A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(34), 39-56. <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2191>

Decreto n. 2.037, de 29 de junho de 2022. (2022). Institui a Política Estadual de Educação para o Envelhecimento e estabelece outras providências. Florianópolis. <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-2037-2022-santa-catarina-institui-a-politica-estadual-de-educacao-para-o-envelhecimento-e-estabelece-outras-providencias?q=educa%C3%A7%C3%A3o>

Estrela, S. C., & Silva, I. J. M. (2021). Gerontologia educativa no contexto do curso de formação de professor. In M. E. B. Andrade, & S. C. Estrela (Orgs.), *Tessituras educativas na atualidade: Entrelaçando olhares* (seção I, capítulo 2). Kelps.

França, L. H. F. P., Silva, A. M. T. B., & Barreto, M. S. L. (2010). Programas intergeracionais: Quão relevantes eles podem ser para a sociedade brasileira? *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 13(3), 519-531. <https://doi.org/10.1590/S1809-98232010000300017>

Gatti, B. A. (2008). Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*, 13(37), 57-70. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000100006>

Gomes, T. C., & Colares, M. L. I. S. (2019). A política de educação integral em tempo integral: A perspectiva dos professores. *Práxis Educacional*, 15(31), 313-332. <https://doi.org/10.22481/praxis.v15i31.4675>

Hogwood, B., & Gunn, L. A. (1984). *Policy analysis for the real world*. Oxford University Press.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *População no último censo*. Rio de Janeiro. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html>

Jardilino, J. R. L., & Sampaio, A. M. M. (2019). Desenvolvimento profissional docente: Reflexões sobre política pública de formação de professores. *Educação Formação*, 4(10), 180-194. <https://doi.org/10.25053/redufor.v4i10.848>

Kaya, G., Candan, S., Avşar-Tuncay, A., Hakverdi-Can, M., Can, D., & Pekbay, C. (2014). Aging education in elementary textbooks. *Procedia: Social and Behavioral Sciences*, 116, 3030-3037. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.01.702>

Kuckartz, U., & Rädiker, S. (2023). Análise de conteúdo qualitativa: métodos, prática e software. SAGE.

Leão, M. P. (2017). *O envelhecimento como temática nas escolas públicas do município de Rio das Flores* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional da UFF. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9040>

Lei n. 12.056, de 13 de outubro de 2009. (2009). Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12056.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12056.htm)

Lei n. 14.423, de 22 de julho de 2022. (2022). Altera a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente. Brasília. <https://legis.senado.leg.br/norma/36111502/publicacao/36113477>

Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. (1994). Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18842.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm)

Manso, M. E. G., & Veras, E. C. A. (2017). Educação em Gerontologia: A interdisciplinaridade na teoria; mas, e na prática? *Revista Kairós-Gerontologia*, 20(3), 273-286. <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2017v20i3p273-286>

McGuire, S. L. (2017). Aging education: A worldwide imperative. *Creative Education*, 8(12), 1878-1891. <https://doi.org/10.4236/ce.2017.812128>

Ministério da Educação e do Desporto. (1998). *Parâmetros curriculares nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.

Neri, A. L. (2014). *Palavras-chave em gerontologia* (4a ed.). Alinea.

Organização Pan-Americana da Saúde. (2022). *Relatório mundial sobre o idadismo*. American Health Organization. <https://doi.org/10.37774/9789275724453>

Pastorio, A. P. (2020). *O envelhecimento humano na formação de educadores*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório Digital da UFSM. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/21876>

Peterson, D. A. (1990). A history of the education of older learners. In R. M. Sherron, & D. B. Lumsdem (Eds.), *Introduction to educational gerontology* (vol. 3, pp. 1-22). Hemisphere Publishing Corporation.

Portaria n. 2.528, de 19 de outubro de 2006. (2006). Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília. [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2006/prt2528\\_19\\_10\\_2006.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html)

Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. (2012). Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS n. 196/96, 303/2000 e 404/2008. Brasília. [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)

Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. (2016). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília. [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html)

Santa Catarina. (2020). *Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense. Caderno 2: Formação Geral Básica*. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação.

Santa Catarina. (2022). *Política de educação para o envelhecimento*. Secretaria de Estado da Educação.

Santa Catarina. (2023). *Formações e cursos*. Secretaria de Estado da Educação.

Santos, J. D., Flauzino, K. L., & Cachioni, M. (2024). Treinamento para professores sobre envelhecimento: uma revisão de escopo. *Periferia*, 16(1), e76953. <https://doi.org/10.12957/periferia.2024.76953>

Santos, M. P., & Leal, I. A. F. (Orgs.). (2022). *Formação de professores e profissão docente no Brasil: aspectos históricos, tendências e inovações*. Amplla.

Sen, A. (2018). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.

Simonetti, M. (2016). *A constituição identitária do idoso na literatura infantojuvenil*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Tecnológica Federal do Paraná]. Repositório Institucional da UTFPR. <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/14746>

Souza, C. (2007). Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In G. Hockman, M. Arretche, & E. Marques (Eds.), *Políticas públicas no Brasil* (pp. 65-85). Fiocruz.

Todaro, M. Á., & Cachioni, M. (2022). Representações da velhice: uma análise dos desenhos de crianças, antes e depois de uma ação educativa gerontológica. *Horizontes*, 40(1), e022045. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1212>

Vazão, A. P. H. (2015). *Produção de um documentário colaborativo com seniores sobre os desafios enfrentados nas tecnologias da informação e comunicação*. [Dissertação, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/15845>

Vieira, T. R. L. (2023). Prefácio. In I. R. R. Nogueira, J. D. S. Neves, J. C. Benedito, & S. J. C. Bezerra, *Educação para o envelhecimento: Temática urgente e necessária* (pp. 3-5). Performance.

Yamashiro, J. A. (2018). *Atitudes sobre a velhice e convivência intergeracional: Professores, familiares e crianças do ensino fundamental*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10430>

---

## Jéssica Dellalibera dos Santos

Doutora em Gerontologia pelo Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Psicóloga pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL).

---

## Meire Cachioni

Professora associada da Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil. Pós-doutora em Gerontologia pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto – Portugal (UP) e em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutora em Gerontologia e mestra em Educação pela mesma instituição.

---

## Endereço para correspondência

Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas

Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

Cidade Universitária, 13083-887

Campinas, SP, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*